

TARCÍSIO, TIRE AS MÃOS DO DINHEIRO DA EDUCAÇÃO!

Encerramos 2023 na luta contra os ataques do governo Tarcísio de Freitas. Nossa mobilização, pressão sobre a SEDUC e intervenção firme do nosso mandato popular na Alesp, representado pela Deputada e Segunda Presidenta da APEOESP, nos garantiram vitórias: APDs em local de livre escola e retirada da falta-aula foram algumas delas! Veja na Pág. 4 a diferença entre a proposta original do governo e como ficou o PLC 143/23 com as alterações asseguradas pelo nosso mandato na Alesp.

Em 2024 vamos reforçar nossas ações na defesa dos direitos da categoria e dos 30% do orçamento para a Educação! Tarcísio quer diminuir este percentual.

NÃO VAMOS PERMITIR!



| | | | | |
|----------------|--|--|---|--|
| É mais: | Atribuição de aulas justa e transparente! Pág. 5 | APEOESP conquista vitórias judiciais. Pág. 6 | Grito por Serviços Públicos e Direitos do Funcionalismo. Pág. 7 | APEOESP na CONAE/2024 Pág. 8 |
|----------------|--|--|---|--|

ÍNDICES DA APEOESP JANEIRO/ 2024



PEB I (24h): R\$ 1.473,79 | PEB II (24h): R\$ 1.706,10
SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.412,00 | SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 6.294,71

DÓLAR COMERCIAL
(Dez/2023) R\$ 4,85

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE DEZEMBRO SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

APEOESP luta por moradia aos estudantes em Tatuí

Por meio da subseção de Tatuí e do mandato do Vereador Eduardo Sallum, a direção da APEOESP foi acionada para prestar apoio à luta pela continuidade do alojamento estudantil do Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos”, localizado naquela cidade.

Assim, no dia 8 de novembro, a APEOESP esteve representada pela sua Segunda Presidenta e Deputada Estadual, Professora Bebel, em reunião com a Secretária de Cultura do Estado de São Paulo, Marília Marton, juntamente com o Vereador Sallum, da cidade de Tatuí.

A Secretária assegurou que não haveria retirada à força de nenhum estudante do alojamento e que a Secretária faria um levantamento de possíveis imóveis



nas imediações que pudessem alojar uma “república estudantil”, para que o espaço do atual alojamento pudesse ser destinado para outras finalidades, a critério do Governo Estadual. Insistiu, ainda, na proposta de criação de uma bolsa-moradia, solução que os estudantes não aceitaram, por ser um benefício insuficiente e que pode ser retirado.

Desta forma, foi afastada a ameaça de iminente despejo dos estudantes, enquanto se buscam soluções definitivas para o problema. A APEOESP continuará ao lado dos estudantes para que permaneçam no alojamento e pelo direito à moradia, assim como apoia a luta de todos os estudantes por uma política de moradia estudantil no estado de São Paulo.

Finalista do “Nobel” e Professoras Nota 10 estão nas escolas públicas

Alberto Rodrigues/Arquivo pessoal



Professoras de Tanabi, Vera Lúcia, Valéria e Kennya receberam Nota 10; no destaque Alberto Rodrigues dos Santos, o único brasileiro finalista do Global Teachers Prize.

Quase 80% dos estudantes da Educação Básica estão na rede pública, que também concentra talentos no corpo docente. Invisibilizados pelo descaso com a Educação Pública, professores e alunos têm protagonismo na APEOESP, que divulga livros, pesquisas acadêmicas e muitos outros projetos, que merecem reconhecimento, prêmios e manchetes.

Professor em três escolas públicas de Piraju, Alberto Rodrigues dos Santos é o único brasileiro entre os 50 finalistas do Global Teachers Prize 2023, o Nobel da Educação,

com o Projeto “Eu Sou Sensacional”, uma abordagem pedagógica para o ensino dos diferentes movimentos artísticos com foco no protagonismo dos estudantes.

Olimpíadas

Vera Lúcia Roncolato Altomani recebeu o Prêmio de Professora Nota 10 na Câmara Municipal de Tanabi em outubro. A professora é a principal articuladora da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica na Escola José Serafim da Silva, projeto que coleciona premiações desde 2009.

O Prêmio Professor Nota 10

homenageia professores com relevantes trabalhos na área educacional. Além de Vera Lúcia Roncolato, a Câmara de Tanabi entregou a premiação às professoras Valéria Aparecida da Cruz Vilella e Kennya Carla Sant’Anna Galoni.

Melhores do Mundo

O Prêmio Internacional Melhores Escolas do Mundo premiou a EEMTI Joaquim Bastos Gonçalves, de Carnaubal/CE, na categoria “Apoiando Vidas Saudáveis”. A EM Professor Edson Pisani, de

MG, conquistou o Prêmio Escola da Comunidade.

Soluções para o Futuro

Orientados pelo professor de Biologia, Henrique Pereira, um grupo de alunos da Escola Estadual Ângelo Scarabucci, localizada em Franca, produziu um dispositivo que controla o nível de barulho, com foco principalmente no bem-estar de alunos com transtorno do espectro autista.

O projeto “Silêncio Consciente” é um dos finalistas da 10ª edição do Solve For Tomorrow Brasil, programa coordenado pelo Cenpec.

Tarcísio, devolva o dinheiro dos aposentados!

O desconto de contribuição previdenciária sobre a parte dos salários de aposentados e pensionistas abaixo do teto do INSS (R\$ R\$ 7.507,49 em 2023) foi imposto pelo governador João Doria na reforma da previdência estadual, instituído por meio do Decreto 65.021, de 19/6/2020, passando a cobrança a ser efetuada em setembro daquele ano.

Os aposentados e as aposentadas, sobretudo professoras e professores, iniciaram uma luta sem tréguas pelo fim do confisco e a vitória veio por meio de um projeto único na Assembleia Legislativa, para o qual foi fundamental a atuação da então Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, atual Segunda Presidenta do nosso Sindicato, Professora Bebel.

Acabou o confisco, mas os valores descontados de setembro de 2020 a dezembro de 2022 ainda não foram devolvidos. Esta devolução é objeto de ação na Justiça e de projeto na Alesp.

Tarcísio, devolva o dinheiro dos aposentados e pensionistas!



Editorial

NA LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

No ano de 2023, APEOESP se reafirmou como o mais importante instrumento de luta do funcionalismo público no Estado de São Paulo, sobretudo de professoras e professores

ÁGUA É DIREITO FUNDAMENTAL E NÃO MERCADORIA

O funcionalismo e a população foram alvos de fortes ataques do governo bolsonarista de Tarcísio de Freitas, entre eles a doação da Sabesp para empresários privados – sequer sabemos que nome a empresa assumirá - aprovada na Assembleia Legislativa em meio à violenta repressão (veja matéria na página 7). A aprovação teve como base parecer da empresa International Finance Corporation (IFC), pelo qual o governo pagou R\$ 45 milhões (pagaria R\$ 8,6 milhões se fosse contrário à privatização).

Como Tarcísio pretende resolver a privatização junto aos 376 Municípios, onde a Sabesp atua, alguns com contratos há 30, 40, 50 anos? O governador passará por cima dos(as) Prefeitos(as)? Haverá aprovação de lei em cada um deles?

A título de universalizar abastecimento de água e saneamento, Tarcísio de Freitas vai na contramão do que ocorre em 37 países, que reestatizaram esses serviços. Se a privatização tivesse dado certo, não teriam tomado essa decisão. Entre esses países, estão França e Alemanha.

O mais triste é que a população será penalizada com tarifas mais altas pelo consumo de água, um direito humano vital, não uma mercadoria.

LIDERAMOS A LUTA VITORIOSA PELO LIVRO DIDÁTICO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Outra novela se desenvolveu em torno da tentativa do Secretário Renato Feder de retirar São Paulo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este

programa, desde 1937, permite a entrada da escrita e da leitura nas casas dos filhos e filhas da classe trabalhadora com acesso igual para todos. O livro didático não pode ser substituído por slides ou apostilas digitais elaboradas sem os critérios de qualidade presentes em sua seleção.

Ora, se a pandemia não foi capaz de mostrar à Tarcísio de Freitas e Renato Feder que os meios digitais não deram conta do processo educativo, gerando um enorme déficit educacional que ainda perdura e prejudica sobretudo os estudantes de mais baixa renda, então esses senhores estão brincando de cuidar da Educação paulista.

Nós realizamos uma luta vitoriosa contra a decisão absurda do Secretário. Nos mobilizamos e realizamos um grande ato no dia 16/08 em frente à SEDUC na Praça da República. Na mesma tarde o Secretário anunciou a permanência de São Paulo no PNLD. Alguns dias depois, outra vitória: o Secretário foi obrigado, pela nossa ação, a retirar das escolas as apostilas digitais, algumas delas com erros grosseiros, como afirmar que há praias na cidade de São Paulo ou que D. Pedro II teria assinado a Lei Áurea. Em 2009 também conseguimos o recolhimento de apostilas elaboradas na gestão da ex-Secretária, Maria Helena G. de Castro, que apresentavam dois Paraguais e nenhum Equador no mapa da América do Sul.

POR ENSINO MÉDIO QUE ATENDA AOS INTERESSES DOS FILHOS E FILHAS DA CLASSE TRABALHADORA

Jamais compactuaremos com tentativas de segregar o Estado de São Paulo da Educação nacional. São Paulo faz parte da Federação e, como tal, deve ser

parte do esforço para que se garanta a cada criança e jovem do país o acesso à Educação pública de qualidade, por meio de uma Base Comum Curricular (BNCC) que contenha um conjunto de disciplinas que garanta a mesma Formação Geral Básica, e uma parte diversificada, de acordo com as especificidades e necessidades regionais e locais. Nossa referência na luta por ensino médio de qualidade são o Parecer CNE/CEB 5/2011 e a Resolução CNE/CEB 2/1012, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Por isso, nós, da APEOESP também estamos presentes na luta no Congresso Nacional para que não seja aprovado o relatório do Deputado Mendonça Filho, um dos autores da Medida Provisória 746/2016 (reforma do ensino médio) quando foi Ministro da Educação no Governo Temer, pois este relatório mantém a estrutura e dispositivos da farsa do “novo” ensino médio que impôs os itinerários formativos, esvaziou a Formação Geral Básica, permitiu a contratação de profissionais por “notório saber” e instituiu 30% de ensino a distância.

Nossa presença em Brasília no dia 19/12, por meio da Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, contribuiu para que a votação do relatório fosse adiada para 2024. A Diretoria da APEOESP encaminhou proposta à CNTE para que antecipe a mobilização nacional que está prevista apenas para abril de 2024.

EDUCAÇÃO E CULTURA CAMINHAM JUNTOS

Outra tentativa do governo Tarcísio de Freitas de segregar São Paulo é sua recusa em receber verbas do Ministério da Cultura para a implantação dos CEUs da Cultura em nosso estado.

Para nós, Educação e Cultura caminham juntos, são direitos da população e parte do processo civilizatório. Por isso, lutamos para que todos os recursos destinados à Cultura sejam recebidos e bem aplicados.

PRECISAMOS DE 300 MIL ASSINATURAS PARA MANTER AS VERBAS DA EDUCAÇÃO

Para justificar o envio da PEC 9/2023, que corta R\$ 10 bilhões da Educação, o governador Tarcísio de Freitas chegou ao absurdo de declarar que “sobra dinheiro” na Educação. Perguntamos: por que as escolas estão sem condições adequadas de funcionamento? Por que temos escolas de lata? Por que os professores ganham mal e não têm carreira? Por que quase metade dos professores é formada por temporários e não há concursos para todas as vagas? Se “sobra dinheiro” na Educação e temos tantos problemas, imagine o que acontecerá com o corte de R\$ 10 bilhões?

Precisamos de seu apoio e de sua participação para coletar 300 mil assinaturas de eleitores(as) na Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa popular para

garantir que se mantenha a dotação de 30% do Orçamento estadual para a Educação.

Você está recebendo a PEC de iniciativa popular em sua residência, assine, colete mais assinaturas e entregue na Subsede da APEOESP. Assim, você será autor (a) desse projeto, assim como todos os demais signatários. Contribua para que nossa proposta coletiva tramite na Alesp em contraposição à PEC do governador bolsonarista.

O IAMSPE É NOSSO!

Defendemos o fortalecimento, ampliação e melhoria do IAMSPE para que possa atender com qualidade todos os servidores.

Para isso, é preciso que o Estado cumpra a lei e invista no IAMSPE 2% da folha de pagamento, tendo em vista que apenas os servidores contribuem. Também estamos em luta para que seja instituído um Conselho de Administração paritário e deliberativo.

PELO DESCONGELAMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO

Durante a pandemia, Bolsonaro conseguiu aprovar no Congresso Nacional a Lei Complementar 173/2020, que congelou para todos os efeitos o tempo de serviço dos servidores relativo a 2020-2021. Estamos empenhados na luta pela revogação desta lei, que necessita ser aprovada no Congresso Nacional.

Lutamos incessantemente pela revogação da LC 1374/2022 – que impôs o pagamento por subsídio – e conseguimos o fim da obrigatoriedade das Atividades Pedagógicas Diversificadas dentro das escolas e a volta da falta-aula, além de retirarmos a jornada como critério principal para a atribuição de aulas.

APEOESP EXIGE REGULARIZAÇÃO DOS REPASSES AO INSS

APEOESP vem trabalhando junto ao Governo do Estado para que regularize os repasses das contribuições previdenciárias dos professores da categoria O, que estão irregulares desde setembro de 2022. A Diretoria da APEOESP tem feito insistentes contatos com a SEDUC em busca desta regularização e não descartamos uma medida judicial, esgotadas as tratativas administrativas. Em resposta a nossas pressões, o Governo afirma que foi organizada uma força-tarefa para esta regularização.

FOI UM ANO DE LUTAS INCESSANTES

Nesta edição abordaremos outras lutas importantíssimas que realizamos em 2023, que levaram a modificações na LC 1374 (a qual lutamos para revogar integralmente), impediram a demissão de 61 mil professores da categoria O com contrato ativo, garantiram a participação de todos os professores temporários que fizeram o concurso na atribuição inicial e outros direitos, colocaram em questão a exigência da videoaula no concurso, num contexto de grandes dificuldades.

2023: o ano da consolidação da unidade na APEOESP



O exercício da proporcionalidade e a unidade das principais forças que atuam na APEOESP alicerçaram o caminho para a construção de uma chapa unificada, vencedora da eleição para a Diretoria da entidade com mais de 82% dos votos em maio de 2023.

Encerradas as eleições, trabalhamos todos de forma unitária em defesa da nossa categoria e da Educação pública, porque nunca nossas diferenças poderão ser maiores que a nossa causa comum.

Foi o que se expressou majoritariamente, por exemplo, no XXVII Congresso Estadual da APEOESP Professor João Felício, realizado em 1, 2 e 3 de setembro de 2023 em Piracicaba, cujas resoluções acompanham esta edição do Jornal da APEOESP.



Lançamento da Chapa Unificada e Congresso da APEOESP: momentos de unidade.

TARCÍSIO, TIRE AS MÃOS

NÃO AO CORTE DE R\$ 10

Encerramos o ano de 2023 realizando uma das mais importantes lutas para a nossa categoria e para a sociedade: contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2023, que pretende reduzir de 30% para 25% a destinação de verbas do Orçamento Estadual para a Educação pública. Isso representa, em 2024, menos R\$ 10 bilhões para a Educação.

Essa é uma ação criminosa do Governo Tarcísio de Freitas, pois Educação pública de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora exige investimentos. O Estado de São Paulo e o Brasil estão muito longe de assegurar as condições mínimas para que se possa alcançar esse objetivo. Em São Paulo tem quase um milhão de pessoas analfabetas e um número não calculado de analfabetos funcionais. Ainda temos escolas de lata. Nossas unidades não possuem estrutura adequada para o processo ensino-aprendizagem, profissionais da

Educação ganham pouco e não têm carreira. Como se pode pensar em cortar verbas?

Estamos lutando com todas as forças para que isso não aconteça. Na Assembleia Legislativa, a Segunda Presidenta da APEOESP, Deputada Estadual Professora Bebel, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura tem essa luta como prioridade. Estava prevista para o final do ano uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Redação na Alesp para discutir o projeto que foi desmarcada às vésperas, mas estamos atentos à tramitação para organizarmos nossa luta. Ao mesmo tempo, todas as subsedes do Sindicato, juntamente com movimentos sociais, outros sindicatos, entidades estudantis e organizações da sociedade civil estão empenhados em coletar 300 mil assinaturas de eleitores para a PEC de iniciativa popular destinada a manter a dotação de 30% para a Educação.

Entre nessa luta! Procure as subsedes da APEOESP.



Prof. Fábio de Moraes

APDS serão em local de livre escolha

Veja essa e outras alterações na LC 1374/22

No dia 13 de dezembro, Alesp aprovou a LC 1396/23 (PCL 143/23) alterando pontos da LC 1374/2022, que institui o subsídio e desmonta nossa carreira. Obtivemos alguns avanços importantes. Veja abaixo!

APDs em local de livre escolha

Com nossa pressão e negociações da Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Profa. Bebel, com o Secretário da Educação, o Líder do Governo e o Presidente da Alesp, conseguimos alterar a redação original do projeto, estabelecendo o cumprimento das APDs em local de livre escolha, não ficando mais a critério do Secretário da Educação essa definição.

Veja como era a redação original e como ficou a redação final:

APDs - como era no texto original do PLC 143/2023

Artigo 1º - Os dispositivos adiante indicados passam a vigorar com a seguinte redação: I – da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022: (...)

b) o § 1º do artigo 10: “§ 1º - O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local definido por ato do Secretário de Educação.” (NR) (...)

APDs - como ficou no PLC 143/2023

Artigo 1º - Os dispositivos adiante indicados passam a vigorar com a seguinte redação: I – da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022: (...)

b) o § 1º do artigo 10: “§ 1º - O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local de livre escolha do docente.” (...)

Falta-aula

O(a) professor(a) sofrerá desconto sobre o tempo em que realmente se atrasar e não terá mais desconto integral do dia de trabalho.

Jornada não é mais fator principal na classificação para atribuição

A jornada de trabalho deixa de ser critério principal para atribuição de aulas, o que causou grandes transtornos e injustiças em 2023. Lutamos para que esse item seja retirado das regras para a classificação na atribuição.

Mais prazo para lutarmos pela revogação da LC 1374/22

Lutamos pela revogação da LC 1374/2022. Novo prazo de 24 meses para adesão dos professores ao subsídio nos dá mais tempo para lutar. Nossa orientação é para que ninguém faça essa adesão.

Participação da Categoria O na atribuição inicial

Apesar da nossa luta, o governo se recusou a prorrogar os contratos da categoria O iniciados em 2018, 2019 e 2020. Porém, embora não fizesse parte do PLC 143/2023, a

Segunda Presidenta da APEOESP conseguiu negociar a participação de todos os professores que fizeram o concurso na atribuição inicial de aulas (veja matéria ao lado).

Não aceitamos avaliação punitiva de diretores e supervisores

Juntamente com diretores, vice-diretores e supervisores de ensino, estamos na luta contra o dispositivo da nova lei que pune com transferência de escola e outras medidas esses profissionais que eventualmente não sejam considerados bem avaliados.

Para nós, a avaliação deve ser sistêmica, diagnóstica e cumulativa, não punitiva. Deve ter o objetivo de aperfeiçoar o trabalho e não de excluir. Queremos formação continuada e outras medidas positivas que possam melhorar o trabalho de equipe dentro das escolas.



Diretoria em reunião na SEDUC

Mesa de negociação já!

A APEOESP mantém uma contínua dinâmica de reuniões e contatos com a SEDUC sempre que há necessidade de defender os interesses da nossa categoria, explicitar posicionamentos e solicitar esclarecimento sobre normas e medidas que afetam os professores e as professoras e lutar pelas nossas reivindicações.

Nesse processo, não obtivemos tudo o que queríamos, mas sem dúvida conseguimos avanços importantes, em contexto de grandes dificuldades.

Nossa luta continua pelo cumprimento da promessa da SEDUC, a partir de reivindicação levada pela Diretoria, em instalar uma mesa permanente de negociação com a APEOESP e demais entidades do Magistério, no âmbito da qual debateremos a instituição de uma carreira aberta, justa e atraente, que valorize professores e professoras do ingresso à aposentadoria e que faça cumprir a Lei 11738/2008 que determina a Estados e municípios reajustarem os proventos com base no piso salarial profissional nacional.

A importância do trabalho parlamentar

As lutas, mobilizações e conquistas no final de 2023 mostraram a importância de termos uma representante na Alesp, que articula o trabalho parlamentar com a nossa categoria mobilizada, como faz a Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual.



Prof. Bebel e sua atuação parlamentar contribuíram para as conquistas

S DO NOSSO DINHEIRO!

BILHÕES DA EDUCAÇÃO



fala aos servidores em ato na Alesp



Profa. Bebel denuncia ataques do governo Tarcísio em ato unificado na Alesp

Por justiça e transparência, APEOESP questiona videoaula

APEOESP sempre luta em defesa de toda a categoria. Não acatamos injustiças e não poderia ser diferente no caso do concurso promovido pela SEDUC/VUNESP.

Queremos justiça, não prejudicar quem está classificado

Quem foi aprovado no concurso está seguro e tem sua classificação assegurada. Nossa disputa não é com esses professores e sim com o Governo Estadual em torno do caráter excludente da videoaula. Um elemento de avaliação que exclui não pode estar presente em um concurso de professores. Nossa luta é por justiça e pela concepção correta de um concurso público para educadores.

Por isso, desde o momento em que a SEDUC anunciou que exigiria a apresentação da videoaula, a APEOESP discordou publicamente. Ingressou com ação judicial e não obtivemos liminar. A ação prossegue.

Faltou transparência e objetividade na avaliação

Na publicação dos resultados das provas, verificou-se que pelo menos 30 mil professores (contabilizando apenas os que ingressaram com recursos) haviam sido prejudicados por avaliações malfeitas, sem objetividade e nenhuma transparência, recebendo respostas absurdas sobre sua desclassificação.

Não poderíamos ficar inertes diante deste descalabro. A VUNESP, instituição com história de competência e seriedade, errou feio. Por isso o Juiz nos concedeu liminar em nova ação para que essas avaliações fossem desconsideradas e todos pudessem ser classificados, buscando-se uma

fórmula que não prejudicasse os que já estavam na lista. Lamentavelmente o juiz revogou a liminar frente à reabertura dos prazos para recursos. Vamos recorrer dessa decisão, pois as respostas aos novos recursos padecem dos mesmos problemas.

Tecnologia na Educação é meio, não fim

A VUNESP não poderia, jamais, utilizar a Inteligência Artificial para avaliar algo que é resultado de uma produção da inteligência e criatividade humanas, sobretudo no campo da Educação. As Tecnologias de Informação e Comunicação são muito úteis como meios, mas não como fins em si. Ao utilizá-las dessa forma, a VUNESP criou uma

situação de extrema irracionalidade nos resultados. Por isso eles precisam ser desconsiderados.

Ataques injustificados

Diante da controvérsia que se criou em torno dessa questão, a Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Profa. Bebel, diz: “Lamento muito a forma como fui atacada nas redes sociais. Gostaria que o mesmo ímpeto fosse utilizado para atacar e criticar o Secretário da Educação e o Governador, os responsáveis pela situação que se criou e pelo desgoverno da Educação pública. Mas não vi essas críticas. Não realizamos um único movimento para prejudicar os classificados,

apenas nos movemos pelos princípios básicos de transparência, justiça e democracia na avaliação, princípios esses que sempre defendemos. Os ataques que sofri foram além da própria categoria. Muitos bolsonaristas de fora também se aproveitaram para me atacar e devo dizer a todos que não tenho medo. Continuarei lutando pelo certo e pelo justo.”

Professor Fábio de Moraes, Primeiro Presidente da APEOESP, complementa: “Quem não entendeu, criticou e atacou a nossa direção, os conselheiros e, em especial, a nossa Segunda Presidenta, deputada Professora Bebel, por defender o coletivo, mostra ter uma visão individualista, injusta e egoísta.”

ATRIBUIÇÃO DE AULA

Evitamos 61 mil demissões da categoria O

A SEDUC pretendia demitir todos os professores da categoria O, alegando, de forma incorreta, que seria necessário para unificar os critérios de classificação, utilizando entre eles a nota do concurso. Contato telefônico da Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Profa. Bebel, com o Secretário Executivo, impediu que isso ocorresse, ao explicar que a lista única poderia ser feita, sem a demissão de professores com contrato em vigor (iniciados em 2020/22/23). Alertou também para o enorme impacto dessa decisão, obrigando todos a cumprirem quarentena.

O Secretário Executivo acatou essas ponderações, mantendo os contratos em vigor.

Direitos e folha suplementar

APEOESP, durante todo o segundo semestre, insistiu para que fossem prorrogados os contratos, iniciados em 2018, 2019 e 2020. A SEDUC não cedeu. Os professores/as que terão seus contratos rescindidos em 31/12 participam da atribuição inicial, cumprem quarentena e voltam às aulas em 15/2/2024, tendo em vista que o início das aulas foi atrasado para coincidir com o fim da quarentena.

Face a esse processo, a APEOESP cobrou da Secretaria que sejam tomadas providências para reduzir danos. SEDUC esclareceu que os professores receberão férias, 13º salário, salário de dezembro, e, para o pagamento do salário de fevereiro, folha suplementar no início de março, considerando os

procedimentos para reinserção dos dados de todos no sistema.

Luta da APEOESP garantiu direitos

Lembramos que a APEOESP sempre foi contra a duzentena, quarentena e qualquer intervalo obrigatório entre os contratos. Foi nossa luta que conseguiu terminar com a duzentena (200 dias de afastamento), assim como ampliar os contratos de 11 meses para 3 anos, além da garantia de direitos anuais (eram assegurados apenas uma vez durante todo o contrato).

Nossas mobilizações e ações também acabaram com as provinhas que os professores da categoria O – e até mesmo da categoria F – eram obrigados a realizar para participarem das atribuições de aulas.

Atuação jurídica é mais uma frente de luta da APEOESP

O Departamento Jurídico da APEOESP possui um corpo de advogados e escritórios contratados nas subseções especializadas em direito administrativo, prontos para defender os direitos individuais e coletivos de cada professora, cada professor e de toda a nossa categoria.

Nesta edição do Jornal da APEOESP você encontrará matérias específicas sobre os diversos assuntos de interesse de toda a categoria e neste Espaço Jurídico os resultados de várias ações impetradas pelo nosso Sindicato.

Veja algumas dessas ações e seus resultados.

Jornada calculada em número de aulas

Em ação movida em Bebedouro, o Juiz Luiz Fernando Silva Oliveira, do TJ/SP, determinou que a Prefeitura adeque a jornada de trabalho dos professores para que 1/3 desta jornada semanal, referente às atividades fora da sala de aula, seja calculado em número de aulas e não em horas/minutos.

A decisão do Juiz tem como base o que vai determinado no Parecer CNE/CEB 187/2012, cuja relatora foi a Professora Bebel, então conselheira do Conselho Nacional de Educação e atualmente Segunda Presidenta da APEOESP e deputada estadual.

Fim das escolas cívico-militares em Santa Fé do Sul

O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares terminou, mas Santa Fé do Sul continuou com o programa com base na Lei Municipal nº 4.342/2022. Contudo, a APEOESP contestou essa lei, alegando falta de competência municipal para legislar sobre Educação. Após uma ADI, o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou a Lei de Santa Fé do Sul como inconstitucional.

Retirada da videoaula do Concurso

Por meio de uma ação civil pública, a APEOESP obteve uma liminar para remover a exigência da videoaula no concurso. A decisão determinou a suspensão da gravação e envio da videoaula, além da reintegração dos candidatos reprovados nessa etapa. **No entanto, posteriormente, a liminar foi revogada, conforme Boletim APEOESP Informa Urgente nº 125.** A APEOESP recorrerá. Veja matéria na página 5.

Horário especial de trabalho para professores(as) com filhos portadores de deficiência

Em 2023, a APEOESP conseguiu reduções na jornada de trabalho para vários associados com filhos com deficiência. Essa conquista está alinhada com o entendimento do STF sobre o tema, contribuindo para a alta taxa de vitórias dos associados. Os docentes, pais ou mães de crianças com deficiência, têm direito à redução de jornada sem perda salarial, bastando contatar o Departamento Jurídico da APEOESP.

Ampliação da licença maternidade para docentes contratadas

As servidoras temporárias anteriormente tinham direito a apenas 4 meses de licença maternidade. Por meio de ações judiciais, a APEOESP conquistou para centenas de associadas um período estendido para 6 meses. Diante de várias derrotas judiciais, o Governo de São Paulo foi obrigado a ampliar a licença para todas as servidoras temporárias. Isso ressalta a importância da luta por direitos individuais, impactando as conquistas coletivas.

Anulação de reprovações em concurso devido a heteroidentificação

O concurso promovido pela Secretaria de Educação, visando à contratação de professores para os níveis fundamental e médio, reservou uma porcentagem de vagas para candidatos autodeclarados negros, pardos ou indígenas.

O procedimento de classificação nessas vagas inclui uma etapa de heteroidentificação, na qual os candidatos são submetidos a uma avaliação por uma banca para confirmar sua identificação étnica.

Entretanto, a banca organizadora do concurso, VUNESP, cometeu uma série de equívocos na avaliação dos que se autodeclararam negros, pardos ou indígenas. Isso resultou na recusa da participação no sistema de pontuação diferenciado e, em muitos casos, na alegação de declaração falsa, levando à eliminação do candidato.

Frente a essas injustiças, o departamento jurídico da APEOESP impetrou diversos Mandados de Segurança, obtendo sucesso ao garantir o retorno ao certame de candidatos injustamente eliminados.

Retirada das faltas e licença saúde dos critérios para atribuição de aulas

A APEOESP se opôs à consideração de faltas consideradas como efetivo exercício da função e em decorrência de licença saúde como critérios para a atribuição de aulas. Através de uma ação judicial, obteve uma liminar que desconsiderou essas faltas no cálculo, assegurando justiça no processo de atribuição. As informações estão disponíveis nos Boletins APEOESP Informa Urgente nºs 121 e 122, **porém, posteriormente, as liminares foram revogadas, conforme Boletim APEOESP Informa Urgente 128/2023.**

Aposentados até junho de 2005 já recebem quinquênios com valor corrigido

Como resultado de ação coletiva da APEOESP, todos(as) os(as) professores e professoras aposentados até junho de 2005, associados ao Sindicato até essa mesma data, estão recebendo valores de quinquênios calculados sobre a totalidade dos vencimentos e não mais sobre parte deles, como vinha sendo praticado.

Entretanto, há valores atrasados, inclusive para aposentados(as), que retroagem àquela data, que ainda precisam ser pagos e que estão em fase de execução. A APEOESP está atenta, acompanhando passo a passo esta execução e, portanto, **NÃO É NECESSÁRIO QUE OS(AS) ASSOCIADOS(AS) PROCUREM ADVOGADOS FORA DOS QUADROS DO DEPARTAMENTO JURÍDICO DA APEOESP E NEM QUE ATENDAM PROPOSTAS NESTE SENTIDO.**

APEOESP repassou R\$ 435 milhões aos associados até maio de 2023



Entre meses de 18 de junho de 2008 até 31 de maio de 2023, período em que atual Segunda Presidenta, Profa. Bebel, ocupou a Presidência da APEOESP, o Sindicato repassou um total de R\$ 435.718.591,57 aos associados, professores(as) da ativa, aposentados e herdeiros, como resultado de ações individuais e coletivas movidas em defesa dos direitos da categoria.

Em junho de 2023, publicamos um levantamento que discrimina os repasses a cada um(a) dos(as) beneficiados(as). Este levantamento, cuja capa reproduzimos, está de posse das subseções, dos(as) diretores(as) e conselheiros(as) do nosso Sindicato, a quem você poderá recorrer em caso de dúvidas.

Governo Tarcísio atenta contra a democracia na Alesp

Violência policial foi antecipada por provocações de deputados da extrema direita

Na noite de 6 de dezembro de 2023 o governador Tarcísio de Freitas e sua base aliada na Assembleia Legislativa consumaram um crime contra a população de São Paulo, sobretudo as parcelas mais pobres, que mais necessitam de tarifas acessíveis para abastecimento de águas a saneamento básico.

Além de aprovar a verdadeira doação da Sabesp a empresários nacionais ou estrangeiros (leia o Editorial), para consumir este crime utilizaram a Polícia Militar para expulsar com grande violência centenas de pessoas que se encontravam nas galerias, entre elas grande número de professoras e professores, que exerciam seu direito democrático de manifestação contra esse ataque ao patrimônio público e seus direitos.

Provocações da extrema-direita

A eclosão da violência policial se deu de forma claramente coordenada com uma série de provocações de deputados da extrema direita bolsonarista, que durante várias sessões dirigiam-se às galerias de forma extremamente desrespeitosa, com o claro propósito de instigar uma alteração nos ânimos, buscando aumentar a tensão no ambiente.

Por outro lado, quando os ânimos se exaltaram na galeria, não houve qualquer cuidado por parte



Truculência da PM contra todos os presentes na galeria da Alesp; Deputada Profa. Bebel trabalhou pela libertação dos detidos

da PM para isolar aqueles que se manifestavam de forma inadequada. Ao contrário, a polícia agiu deliberadamente para generalizar o conflito, passando a agredir todos as pessoas sem distinção, inclusive pessoas de idade – muitas delas professoras – que não participavam de forma alguma do conflito. O propósito, ficou evidente: era o de esvaziar a galeria e permitir que a base do governador pudesse consumir seu crime sem qualquer tipo de manifestação contrária.

Deputada quase foi agredida pela polícia

Exorbitando de seu papel de garantir a segurança do local, a tropa da PM encurralou manifestantes nos corredores, prosseguindo as agressões, utilizando gás de pimenta dentro e fora da galeria, chegando ao ponto de tentarem agredir nossa companheira Deputada Professora Bebel, que se colocou entre os soldados e os manifestantes, na

tentativa de criar um caminho para que pudessem sair do tumulto.

APEOESP foi decisiva na libertação dos presos

Ao final, a noite terminou com quatro manifestantes detidos, sem qualquer acusação formal. A APEOESP prontamente prestou solidariedade, disponibilizando advogados para atuarem no caso. Já no dia 7 de dezembro, obtiveram a libertação de Vivian Mendes e Ricardo Senese, sob fiança. No dia 12 de dezembro foram soltos Hendryll Luiz Rodrigues de Brito Silva e o professor da categoria O Lucas Borges Carvente, por força de habeas corpus impetrado pelos nossos advogados.

Democracia em risco

Os fatos ocorridos na Alesp são gravíssimos. Está em questão a possibilidade democrática de que a população possa acompanhar sessões que deliberam sobre assuntos de seu interesse direto, sem que se-

jam vítima de provocações e ações deliberadas de deputados que visam criar motivações e pretextos para a ação violenta da Polícia Militar em um local onde deve prevalecer o debate, a manifestação da vontade popular e, portanto, a Democracia.

Luta contra a privatização prossegue

Apesar desta noite vergonhosa, a luta contra a privatização da Sabesp não acabou. A tramitação e a votação do projeto estão sendo contestadas judicialmente pelas bancadas de oposição. Ao mesmo tempo, a privatização terá que ser aprovada nas Câmaras Municipais nas 376 cidades – inclusive na Capital – que mantém contratos com a Sabesp.

É dever de todos nós participar dessa luta, para evitar que a privatização provoque aumento de tarifas e piora dos serviços, sobretudo nas pequenas cidades. É um projeto inconstitucional que precisamos derrotar na Justiça, nos parlamentos e nas ruas.

Grito pela Educação, por serviços públicos e direitos do funcionalismo



Profa. Bebel em ato unificado em defesa dos serviços públicos



Prof. Fábio em assembleia em frente à Seduc

da Educação, sindicais, estudantes, populares e movimentos sociais, impedindo que as escolas fossem fechadas.

Frente à tentativa de corte

Ao final da nossa histórica greve de 92 dias em 2015, a segunda mais longa da categoria, frente à ameaça de fechamento de 92 escolas e de “reorganização” de outras 750, a APEOESP liderou a organização do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, que reuniu mais de 30 entidades

de R\$ 10 bilhões da Educação e de privatização da Sabesp, Metrô, CPTM e à reforma administrativa, que retirará mais direitos dos servidores, o Grito foi retomado por convocação da APEOESP, passando a denominar-se Grito pelos Serviços Públicos de Qualidade e pelos Direitos do Funcionalismo no Estado

de São Paulo. Até o fechamento desta edição, 46 sindicatos, centrais, entidades e movimentos dos mais diversos segmentos faziam parte do Grito.

Greve estadual: unidade e disposição de luta

No dia 20 de outubro a APEOESP realizou uma massiva assembleia em frente à SEDUC, elencando as principais reivindicações da categoria e estabelecendo a necessidade de um grande movimento para impedir o corte de R\$ 10 bilhões da Educação (redução de 30% para 25% nas verbas do Orçamento para o setor), entre outras importantes questões.

Nesta data, a APEOESP articulou uma grande reunião de entidades do funcionalismo, da Sabesp, do Metrô, da CPTM, das centrais, entidades estudantis e movimentos sociais que definiu uma greve estadual realizada no dia 28/11.

Neste dia, um grande ato unificado ocorreu na Alesp com milhares de pessoas dos mais diversos segmentos, com marcante presença de professores, demais profissionais da Educação, estudantes, movimentos de moradia e outros. A articulação entre os segmentos do funcionalismo público, estatais e movimentos sociais veio para ficar e APEOESP é protagonista deste movimento.

APEOESP participa da CONAE 2024 em Brasília



Leandro Oliveira, da APEOESP, e coordenador do Fórum Estadual de Educação, fala aos 600 delegados da CONAE em Guarulhos

Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”. Este é o tema da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2024, que acontecerá em Brasília entre os dias 28 e 30 de janeiro. O Ministério da Educação (MEC) é responsável pela promoção da Conferência Nacional, que será desdobrada em sete eixos (leia quadro), que abrirão as formulações de problemas, causas, objetivos, diretrizes, metas e estratégias para

construção do PNE 2024-2034, a serem consolidadas no documento referência que será elaborado pelo Fórum Nacional de Educação.

A Conferência Nacional foi precedida pelas etapas municipais e estaduais. A etapa de São Paulo, sob coordenação do Fórum Estadual de Educação do Estado de São Paulo (FEESP), aconteceu entre os dias 17 e 18 de novembro na UNIFESP – Campus Guarulhos

A etapa estadual reuniu 600 delegados, eleitos nas dezessete Conferências Regionais em todo estado de São Paulo, que envolveu a participação de cerca de cinco

mil inscritos(as) dos mais diversos segmentos. Essas Conferências, sob coordenações regionais, debateram os diversos eixos presentes no Documento Referência, sendo que em algumas regiões ocorreram Conferências Municipais e Conferências Livres preparatórias para a fase regional.

A etapa de São Paulo elegeu 212 delegados e delegadas ao CONAE 2024.

AAPEOESP participou ativamente das etapas municipais e estadual e terá delegados(as) – entre os 212 eleitos – que participarão da etapa nacional, que acontecerá em Brasília.



Segunda Presidenta da APEOESP e deputada estadual, Professora Bebél, participou da etapa estadual



Professora Bebél, o Primeiro Presidente, Fábio Moraes, e Leandro Oliveira, Secretário de Organização e presidente do Fórum Estadual

Os sete eixos:

- Eixo I:** O PNE como articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE), sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais de educação, em prol das ações integradas e intersetoriais, em regime de colaboração interfederativa;
- Eixo II:** A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios;
- Eixo III:** Educação, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade: equidade e justiça social na garantia do Direito à Educação para todos e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência;
- Eixo IV:** Gestão Democrática e educação de qualidade: regulamentação, monitoramento, avaliação, órgãos e mecanismos de controle e participação social nos processos e espaços de decisão;
- Eixo V:** Valorização de profissionais de educação: garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso nacional e carreira, e às condições para o exercício da profissão e saúde;
- Eixo VI:** Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência;
- Eixo VII:** Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza.

EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Francisco de Assis Ferreira e Rui Carlos Lopes de Alencar. **Conselho Editorial:** Fábio Santos de Moraes; Maria Izabel Azevedo Noronha; Francisco de Assis Ferreira; Rui Carlos Lopes de Alencar; Zenaide Honório; Sérgio Martins da Cunha; Roberto Guido; Miguel Noel Meirelles; Rita de Cássia Cardoso; Richard Araújo; Waldir Siqueira; Ozani Martiniano de Souza. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTb 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTb 23362) e Luis Brandino Fotos: Rogério Cavalheiro, Érica Catarina e Roberto Parizotti. **Diagramação e Editoração Gráfica:** Carlos R. Ferreira dos Santos. **Secretárias:** Caroline Anselmo de Carvalho e Amanda Souza. **Impressão:** Graftec **Tiragem:** 165.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. Circulação em janeiro. Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. Redação: Praça da República, 282 – 5º andar – CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP – Gestão 2023-2026

EXECUTIVA

Primeiro Presidente: Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidenta:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** José Roberto Guido Pereira; **Vice-Secretário**

de Finanças: Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Edivaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Cunha Carretero; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Vice-Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rui Carlos Lopes de Alencar; **Secretário de Formação:** Fláudio Azevedo Lima; **Vice-Secretária de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fé do Nascimento; **Vice-Secretário de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Waldir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Maurício Cavalcante dos Santos; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:** Mônica

Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:** Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Solange Aparecida Benedetti Penha; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Josafá Rehem Nascimento Vieira; **Secretário de Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Ana Paula dos Santos Lima; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA – DEC

Ademar de Assis Camelo; Aldo Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Marta de Carvalho; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Dagmar Aparecida Rodri-

gues Silveira; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edivaldo de Marchi; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Bittar; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luís Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; Jorge Leonardo Paz; José Bonfim Ferreira do Prado; José Carlos Brito Silva; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josefa Gomes da Silva; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal de Aguiar Penteado Neto; Karen Aparecida Silveira; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luci Ferreira da Silva; Luís Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlotia Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiole; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enrione; Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Mauricio Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldo Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Rosane de Matos; Silvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Wilian Hugo Correa dos Santos; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.